

Jornalistas Feministas: Uma Análise Interseccional da Produção Jornalística sobre as Eleições Presidenciais de 2018 e 2022

Feminist Journalists: An Intersectional Analysis of Journalistic Production about the 2018 and 2022 Presidential Elections

*Carolina Busolin Carettin¹ 

Resumo

A partir de uma perspectiva interseccional, este artigo apresenta uma análise de textos publicados nos segundos semestres de 2018 e 2022 nos sites AzMina e Lado M, abrangendo as duas últimas eleições presidenciais. Foram analisadas reportagens, textos de opinião e realizadas entrevistas com as autoras e editoras dos sites, uma vez que olhar para a produção durante este período permite articular a prática jornalística à organização do movimento feminista em torno das eleições e como as pautas – e quais – foram abordadas. Foi possível concluir que os veículos valorizam a produção jornalística situada, sem abandonar o método jornalístico tradicional, mas com uma prática reflexiva e engajada, sem ferir os pressupostos objetivos do jornalismo. São, assim, exemplos de imprensa feminista que resistiram ao modelo capitalista de mercado e que contribuem com os feminismos.

Palavras-chave: jornalismo; política; feminismo; Lado M; AzMina.

Abstract

From an intersectional perspective, this article presents an analysis of texts published in the second semesters of 2018 and 2022 on the AzMina and Lado M websites, covering the last two presidential elections. Reports, opinion texts were analyzed, and interviews were carried out with the authors and editors of the sites, since looking at the production during this period allows us to articulate journalistic practice with the organization of the feminist movement around the elections and how the agendas – and which ones – were addressed. It was possible to conclude that the sites value situated journalistic production, without abandoning the traditional journalistic method, but with a reflective and engaged practice, without violating the objective assumptions of journalism. They are, therefore, examples of feminist press that resisted the capitalist market model and that contribute to feminism.

Keywords: journalism; politics; feminism; Lado M.; AzMina.

¹ Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC/Labjor/IEL/Unicamp, Campinas, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2448-0785>.

1 Introdução

Este artigo traz uma análise, a partir de uma perspectiva interseccional, dos textos produzidos pelos sites Lado M e AzMina, nos segundos semestres de 2018 e de 2022, períodos que englobam o antes, durante e depois das eleições presidenciais. Os dois veículos de imprensa feminista foram criados durante a chamada “quarta onda do feminismo”², que teria começado em 2015 com a Primavera das Mulheres³, e são compostos por mulheres com diferentes formações, de diferentes lugares e com vivências diversas.

Nesta análise faço alguns questionamentos: de que forma o jornalismo é político? Como essas jornalistas se posicionam nos textos? Como as pautas são desenvolvidas? Tais questões permitem entender o jornalismo a partir de uma perspectiva de gênero e interseccional, construindo diferentes leituras, “afirmadas nas escolhas que envolvem o processo de produção, como as questões dos valores-notícia, as subjetividades e o próprio fazer jornalístico” (Schander; Bertasso, 2019, p. 41).

É preciso, antes de tudo, citar outros sites e blogs feministas que também atuam na internet, tendo alcance nacional. Um levantamento realizado pela Agência Pública⁴ reuniu nove iniciativas de imprensa que partem da perspectiva do gênero para produzir: Think Olga⁵; Cientista que virou mãe⁶; Lado M⁷; Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta⁸; Gênero e Número⁹; Nós, Mulheres da Periferia¹⁰; Portal Catarinas¹¹; AzMina¹²; Revista Capitolina¹³.

Os sites escolhidos como objetos para este artigo também são analisados em outras pesquisas, como as dissertações de Gabriela Schander (2021), Heloisa Souza dos Santos (2019) e Bibiana Garcez da Silva (2020). A revista AzMina também é recorrente em diversos artigos sobre produção jornalística feminista (Santos; Miguel, 2019). Já o Lado M é citado no trabalho de Andressa Kikuti e Paula Melani Rocha (2017), que trata da relação do jornalismo independente com as mídias digitais. Vale citar também Jéssica Gustafson (2019), que aborda a questão da objetividade na imprensa feminista a partir de um estudo de caso do Portal Catarinas.

² A primeira onda acontece a partir da segunda metade do século XIX até o início da II Guerra Mundial, com reivindicações acerca do acesso à educação, do direito ao voto, melhores condições de trabalho, entre outras. A segunda onda começa nos anos 60, intensificando-se na década de 70 e estabelecendo o feminismo como movimento político. Já quanto à terceira onda não há um consenso entre as feministas, porém acontece no final da década de 1980, começando nos Estados Unidos (Gomes; Sorj, 2014; Zirbel, 2021).

³ A Primavera das Mulheres foi um levante das feministas contra tentativas do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de aprovar projetos que iam contra os direitos das mulheres, como o PL 5069/13 (Brasil, 2013) que dificultava o acesso ao aborto para mulheres que foram estupradas, o que é legal no Brasil.

⁴ O mapeamento da Pública deixou blogs de lado por serem menos jornalísticos e mais autorais (O mapa [...], [2021]).

⁵ (Think [...], [2021]).

⁶ (Cientista [...], [2021]).

⁷ (Lado M, [2021]).

⁸ (Coletivo [...], [2021]).

⁹ (Gênero [...], [2021]).

¹⁰ (Nós, [2021]).

¹¹ (Catarinas, [2021]).

¹² (AzMina, [2021]).

¹³ https://br.linkedin.com/company/capitolina?trk=ppro_cprof

1.1 Uma Escolha Muito Difícil

Seguindo uma onda global de manifestações que eram organizadas nas redes sociais e depois ganhavam as ruas (Castells, 2017, p. 177), a partir de 2013 o Brasil teve diversas manifestações, com pautas e reivindicações diversas. Elas começaram com o aumento do preço da passagem de ônibus na cidade de São Paulo (SP), passaram pela realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014 e terminaram em pedidos de mais investimentos em educação e saúde.

Nesse contexto, cresceu o antipetismo, a aversão ao Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve à frente do governo federal entre 2003 e 2016, ou a qualquer pessoa que o apoiasse. Em 2014, a eleição presidencial já foi muito polarizada, com Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) disputando o segundo turno. Rousseff foi reeleita, mas, em 2016, sofreu um golpe parlamentar.

O contexto social para a eleição de 2018 era um país completamente dividido, descrente, que não confiava nas instituições públicas e buscava um *outsider*, alguém de fora do mundo político. Mesmo com 27 anos de Câmara dos Deputados¹⁴, Jair Messias Bolsonaro acabou se capitalizando como essa figura. O movimento feminista se uniu a outros movimentos sociais — LGBTQIAP+, negro, indígenas, partidos políticos e sindicatos — na campanha #EleNão, que mostrava por quê, de todos os 13 candidatos à Presidência, Bolsonaro não deveria vencer. A união de movimentos de um mesmo campo político mostra a potência das lutas quando juntas, uma vez que, por mais forte que seja, “o movimento feminista não pode mudar o mundo sozinho, nenhum movimento pode” (Silva; Camurça, 2010, p. 19).

Em 29 de setembro de 2018, estima-se que 100 mil pessoas ocuparam o Largo da Batata na capital paulista. Também foram registradas manifestações em mais de 114 cidades em dez estados diferentes (Rossi; Carneiro; Gragnani, 2018). Céli Regina Pinto, pesquisadora e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em entrevista à BBC (Rossi; Carneiro; Gragnani, 2018), afirma que

O que aconteceu [...] foi uma popularização do feminismo. Está espalhado na sociedade. Ninguém mais pode dizer que é contra os direitos das mulheres. [...] #EleNão virou um significante cheio de significados. Isso é muito importante na luta política. Começou pelas mulheres, porque Bolsonaro disse frases de baixo nível em relação à mulher, e foi englobando muita coisa, como a defesa da democracia e dos direitos humanos.

Mesmo assim, Bolsonaro foi eleito depois de disputar o segundo turno com Fernando Haddad (PT). Sua vitória se deu após uma campanha maciça de fake news¹⁵ em redes sociais, principalmente no WhatsApp e no Twitter. Sua presença nesses espaços virtuais foi tão significativa que Bolsonaro não participou dos debates promovidos por emissoras de televisão, que costumam ser oportunidades importantes para que os candidatos apresentem suas propostas e projetos. A imprensa tradicional, mesmo sendo hostilizada pelo então candidato, também ajudou a disseminar o medo

¹⁴Jair Bolsonaro assumiu o cargo de deputado federal em 1991, ganhando novamente e ocupando o cargo em 1995, 1999, 2003, 2007, 2011, 2015, até 2018 (Brasil, [2021]).

¹⁵Fake news são mentiras que ganham uma roupagem que as faz parecer notícias de jornais, revistas ou sites, através da forma como são escritas, por exemplo. Mais em Abdin (2019) e Viscardi (2020).

de uma possível eleição de um presidente de esquerda. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, publicou um editorial no dia 8 de outubro de 2018 com o título “Uma escolha muito difícil” (Uma escolha [...], 2018) – que usei para intitular esta parte do artigo – comparando os dois candidatos que estavam concorrendo no segundo turno.

1.2 Uma Escolha, Aparentemente, Muito Fácil

Depois de quatro anos de governo Bolsonaro, o país se preparava para mais uma eleição presidencial em 2022 com o então presidente tentando uma reeleição e outros 10 candidatos, entre eles o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tínhamos passado pela operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, que aumentou ainda mais o antipetismo e alavancou a figura do juiz Sérgio Moro¹⁶ como um herói nacional no combate à corrupção, pela prisão de Lula em abril de 2018 – seis meses antes da eleição, com pesquisas que mostravam o petista como favorito – e, depois, por sua soltura em novembro de 2019 e anulação dos processos porque, segundo o Supremo Tribunal Federal, as regras do processo penal foram desrespeitadas. Também passamos por uma pandemia de Covid-19 que deixou mais de 600 mil mortos no Brasil (entre 2020 e 2022), em meio a discursos negacionistas e anticiência de Bolsonaro e seus aliados.

Enfim, era uma eleição muito mais perigosa para a democracia brasileira do que a anterior, com a união de figuras políticas que não imaginávamos ver juntas, como o próprio Lula e seu candidato a vice-presidente, Geraldo Alckmin, em nome de uma frente ampla pela democracia. O que estava em jogo, desta vez, era muito mais importante e urgente. Havia o claro risco de haver um golpe de Estado, que se confirmaria posteriormente – em 8 de janeiro de 2023 – com a invasão e a depredação do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal em Brasília.

Esta foi, inclusive, a eleição presidencial mais acirrada da história do Brasil, com diferença de pouco mais de 2 milhões de votos entre os candidatos. No segundo turno, Lula teve 50,90% dos votos (60.345.999 de votos) e Bolsonaro teve 49,10% (58.206.354 de votos). O último foi o único presidente eleito, desde 1989, a não conseguir a reeleição (Cerqueira; Moliterno, 2022).

São, portanto, dois períodos muito atribulados para o Brasil, de mobilização dos movimentos sociais e políticos pela manutenção de direitos básicos. Por isso, é interessante observar de que forma os dois veículos analisados neste artigo se comportaram nesses contextos e que tipos de textos produziram para tratar sobre as eleições presidenciais.

2 O Jornalismo a Partir da Perspectiva Interseccional

Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos

¹⁶ Em junho de 2019, o site The Intercept Brasil (Greenwald; Reed; Demori, 2019) divulgou mensagens de Moro com o promotor Deltan Dallagnol e outros integrantes da Operação Lava Jato que comprovaram que o juiz cedeu informações privilegiadas à acusação. Além disso, no mesmo ano, Moro foi nomeado ministro da Justiça no governo Bolsonaro.

como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo (Silva, 2010, p. 63).

Apesar de serem maioria no campo do jornalismo, as mulheres ainda ocupam poucos espaços de poder nas redações. Os veículos feministas aparecem, então, como “contraposição aos veículos hegemônicos, privilegiando as mulheres tanto como autoras quanto entre as fontes” (Gustafson, 2019, p. 131). Sobre a maior presença de mulheres jornalistas, Silvia Cristina Yannoulas (2012) observa que ela pode acontecer de duas formas: 1) a feminilização dos espaços, que se dá pelo aumento do número de mulheres na profissão; ou 2) a feminização, que altera a prática profissional em si, a partir do aumento de mulheres naquele determinado espaço. Uma depende da outra, mas somente com mulheres ocupando lugares de liderança é possível modificar a prática jornalística. E mais, mulheres que estejam atentas aos problemas que enfrentam na profissão, fora dela e no lugar que ocupam. Falando em feminismos, alguns que se desenvolvem a partir dos anos 2000 já no ambiente digital são marcados pelo pensamento interseccional e estão atentos a esses problemas (Ferreira, 2015, p. 205).

O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberle Crenshaw, intelectual estadunidense tida como uma das principais representantes do feminismo negro, e procura abarcar a influência de outros marcadores sociais de diferença, como raça e classe. Segundo Crenshaw (1991, p. 1244), a intersecção entre fatores racistas e sexistas nas vidas das mulheres negras, por exemplo, não pode ser capturada quando se trata dessas duas dimensões separadamente.

Para explicar como as opressões se relacionam, a autora faz uma analogia: os eixos de poder – raça, gênero, classe – “constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos” e é por elas que as “dinâmicas do desempoderamento se movem” (Crenshaw, 2002, p. 177). Algumas vezes essas vias são vistas como excludentes; o racismo, por exemplo, exclui o patriarcado, que exclui a opressão de classe. Porém, o que a autora esclarece é que, a partir de um olhar interseccional, “tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam”. Mulheres racializadas estão posicionadas em lugares dessas vias em que podem ser atingidas por diferentes fluxos de opressão, que vêm de direções diversas (Crenshaw, 2002, p. 177).

A abordagem de Crenshaw não é a única, e as diferentes perspectivas pensam a relação entre diferença e poder de diversas formas. Adriana Piscitelli (2008, p. 267) cita a linha sistêmica, que “destaca o impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades”, pensando gênero, raça e classe, por exemplo, como sistemas de dominação que determinam identidades. A autora também cita a linha construcionista, que entende o poder “como lutas contínuas em torno da hegemonia”, uma articulação que “estabelece uma relação entre elementos, de maneira que sua identidade se modifica como resultado da prática articulatória”. Nesta, os marcadores identitários também possibilitam a ação.

Carla Akotirene (2020, p. 21) afirma que, “indo ao encontro da reflexão epistemológica de Patricia Hill Collins”, outra representante estadunidense do feminismo negro, é possível considerar “a interseccionalidade como ‘sistema de opressão interligado’”, ou seja, quando os efeitos de duas ou mais opressões se cruzam, formam um cenário mais complexo. Articuladas, as categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias (Piscitelli, 2008, p. 268).

A definição de Crenshaw dialoga com a conceituação de sujeito pós-moderno de Stuart Hall (2015), que “assume identidades diferentes em diferentes momentos” e que não tem “uma identidade fixa” (Lago; Kazan; Thamani, 2018, p. 129). Porém não há uma hierarquia entre as opressões, pois nas intersecções entre raça, gênero e classe “existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (Davis, 2011, p. 8). A interseccionalidade também não é uma somatória de identidades. Audre Lorde (2019b, p. 236) vai além e pontua que falar em uma hierarquia de opressão é uma estratégia da “direita cínica” para enfraquecer os grupos oprimidos que, lançando-se uns contra os outros, se dividem e não conseguem efetivar suas ações políticas. Cria-se um não lugar: entre mulheres lésbicas, Lorde era negra; e entre as pessoas negras, Lorde era lésbica.

A busca é pelo reconhecimento das diferenças e a percepção de que os conflitos gerados a partir delas dizem mais sobre poder do que a diferença em si (Crenshaw, 1991, p. 1265). Não é ela que separa movimentos e segregá ainda mais grupos oprimidos, mas a “recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana” (Lorde, 2019a, p. 240).

Como o jornalismo atravessado pelo gênero contribui para a reprodução de valores e discursos hegemônicos (Silva, 2010, p. 63), analisar o jornalismo a partir de uma perspectiva interseccional permite entender como outros marcadores também contribuem para a manutenção do poder.

Enquanto instituição social, o jornalismo também “produz discursos repetidos sobre posições de normalidade e de diferença” (Gustafson, 2019, p. 21), e já foi considerado o “quarto poder”. Para Albuquerque (2009), o jornalismo pode ser entendido 1) como alternativa aos três estados formadores do Parlamento, na organização feudal (o clero, a nobreza e os comuns); 2) ao lado dos três poderes – Judiciário, Executivo e Legislativo –, tendo o poder de determinar a agenda pública; e 3) como poder moderador, um poder que se diz neutro. Esta última definição remete a valores inerentes ao jornalismo hegemônico, como a objetividade, a neutralidade, o apartidarismo e a clareza.

Há a busca por uma narrativa equilibrada, mas esses valores vão pelo mesmo viés do pensamento universalizante que coloca todas as mulheres como seres iguais. Seria muito mais produtivo se, em vez dessa objetividade positivista, se usasse o conceito de objetividade pensado pelas teóricas feministas (Harding, 1992; Haraway, 2009), por exemplo. Haraway (2009, p. 13) aponta que a perspectiva positivista ameaça o “sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade”, apagando experiências importantes para a construção de uma narrativa jornalística, por exemplo. O pensar situado “funciona como um ponto de entrada, uma perspectiva que singulariza” essas experiências. Esse pensar “é inevitavelmente um pensar feminista” e “inevitavelmente parcial” (Gago, 2020, p. 12).

Como aponta Fabiana Moraes (2022), seria possível pensar em uma subjetividade no jornalismo, compreendida em âmbito individual e coletivo, uma vez que “os critérios de objetividade não foram suficientes para mostrar melhor mulheres, negros, indígenas, pobres” (Moraes, 2022, p. 16). O jornalismo de subjetividade é composto por elementos como a “crítica a valores-notícia; a busca por uma prática reflexiva; as possibilidades criadoras e a relação entre jornalismo e arte; o posicionamento engajado ou ativista que não fere os pressupostos objetivos pertinentes ao campo” (Moraes, 2022, p. 19).

Segundo Lago, Kazan e Thamani (2018, p. 125), posicionamentos e experiências são presentes e sempre trazidos pelos diversos atores que constituem a prática jornalística: as grandes empresas de mídia; os profissionais jornalistas que escrevem, falam e produzem conteúdo para a internet; os veículos independentes e o público, etc. As autoras apontam, também, a falta das questões ligadas a gênero nas pesquisas sobre mídia em geral, a partir de um levantamento feito entre os anos de 2003 e 2014. Esse silêncio é preocupante, uma vez que o jornalismo é considerado uma tecnologia de gênero, operando na “construção e circulação de representações de grupos, identidades, valores, com a visibilização de temas e sujeitos e invisibilização de outros” (Lago; Kazan; Thamani, 2018, p. 125).

3 O Jornalismo Como Prática Política

A revista AzMina surgiu em 2015 a partir de uma campanha de financiamento coletivo e, após um planejamento de quatro meses, o grupo de nove mulheres tinha um modelo de negócio. O site realizou várias campanhas digitais de conscientização, como #CarnavalSemAssédio, #MachismoNãoÉBrincadeira e #VamosMudarOsNúmeros. A última ganhou um Leão de Bronze na categoria Media do Cannes Lions Festival, premiação internacional de publicidade. Elas sempre tiveram financiamento, seja coletivo, como no início, seja de fundações internacionais, que são a maior parte da receita do site. As três principais financiadoras do veículo são o Fundo Social Elas, a Open Society Foundations e a Mama Cash. As doações de pessoas físicas continuam, e, em 2018, eram 300 apoiadores que contribuíram mensalmente com o projeto. A campanha fixa fica disponível na plataforma Catarse, e os assinantes recebem recompensas dependendo do valor que pagam por mês.

Na revista AzMina, as colaboradoras são selecionadas por processo seletivo que, atualmente, envolve três fases, é exclusivo para mulheres e prioriza não brancas. Segundo o site, a equipe é formada por 24 pessoas de cinco estados diferentes do Brasil, sendo 75% de pessoas não brancas e 39% de pessoas da comunidade LGBTQIAP+. A página de AzMina¹⁷ ainda diz que elas buscam “uma visão interseccional, com reconhecimento das desigualdades vividas por diferentes grupos de mulheres” e, por isso, trazem “para o debate público vozes de diversas raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros” (AzMina, 2023).

O Lado M foi criado em 2014 por três então estudantes da Universidade de São Paulo (USP): Mariana Miranda, Ana Paula Sousa e Marcela de Carvalho. Em 2016, o site lançou a campanha “Não Quero Flores” no Dia Internacional da Mulher e ficou conhecido nacionalmente. Com posts no Facebook e com a parceria de outros portais de empoderamento feminino, a hashtag #NãoQueroFlores foi para os Trending Topics do Twitter. No mesmo ano, elas lançaram uma campanha de financiamento coletivo para manter o site, mas não conseguiram alcançar a meta.

O Lado M nunca foi um veículo monetizado, e os gastos eram divididos entre as fundadoras, porém, depois que Marcela saiu do projeto, Mariana e Ana Paula decidiram migrar o site para o Medium, em vez de manter o domínio próprio.

Como declara Mariana Miranda, em entrevista concedida à autora em 2021, “*independente de não ter conseguido ganhar dinheiro com ele [com o domínio próprio], de fato, a gente fez algumas coisas muito relevantes*”, como a campanha citada acima. Por não

¹⁷ <https://azmina.com.br/revista-azmina/>

ser monetizado, todas as colaboradoras eram voluntárias, sem remuneração, mas também sem prazos definidos ou exigências, o que gerava uma rotatividade grande entre aquelas que colaboravam para o site.

Uma das formas de perceber a perspectiva de gênero na produção jornalística é observar as “escolhas que envolvem o processo de produção, como as questões dos valores-notícia, as subjetividades e o próprio fazer jornalístico” (Schander; Bertasso, 2019, p. 41).¹⁸ As colaboradoras do Lado M, por exemplo, decidiam suas pautas pelo grupo do Facebook e do WhatsApp, e as sugestões podiam ser feitas pelas autoras ou pela editora, como explicou Mariana Miranda, em entrevista realizada em 2021.

[...] as pautas, hoje, são feitas através do Facebook, do WhatsApp através de conversa. A colaboradora pensa uma pauta e joga ali para o debate, para ver o que as meninas acham. Às vezes elas vêm conversar direto comigo e, de tempos em tempos, eu faço um post no grupo do Facebook com sugestões de pauta para quem não tiver muita ideia pegar a pauta e fazer.

Esse processo era feito presencialmente e depois passou a ser feito completamente online, a fim de permitir que as colaboradoras que não moravam na cidade de São Paulo participassem das reuniões. Mariana também comentou sobre os prazos serem mais flexíveis, já que o trabalho não é remunerado.

A colaboradora Thais Lombardi, em entrevista realizada em 2022, detalha seu processo de produção dos textos:

Meu processo de produção começa com um breve esquema de pensamentos que eu tenho sobre a obra ou assunto. Em seguida, busco nos meus referenciais teóricos ou busco no Google Acadêmico algo sobre o assunto e vejo se é possível encaixar (de forma natural) os assuntos. O esquema de produção segue os moldes tradicionais de um texto: introdução, desenvolvimento e conclusão, sem esquecer, é claro de sempre criar ganchos a cada final de parágrafo.

A forma com que Thais organiza seu texto segue um modelo que não é, necessariamente, o tradicional no jornalismo. Por não ter um prazo de produção curto e um ritmo tão intenso quanto em um jornal diário, por exemplo, há a possibilidade de pesquisar mais sobre um assunto e trazer reflexões mais aprofundadas.

Trazer estudos e dados era recorrente e, inclusive, uma indicação editorial. Mariana Miranda explicou que, mesmo quando um texto era mais pessoal, ela sugeriu que as colaboradoras se embasassem em dados.

Você vai falar de um caso de relacionamento abusivo que você sofreu, vamos ver os dados mais atuais sobre isso. Vamos colocar neste material, vamos ouvir uma psicóloga e o que ela tem a dizer, que tipo de conselho ela daria. Eu gosto muito de trazer esse caráter jornalístico sempre que possível para todos os textos que a gente produz aqui (Miranda, 2021).

¹⁸ Os dois veículos também foram analisados em minha dissertação de mestrado (Carettein, 2022), na qual observei o perfil das colaboradoras e a produção do segundo semestre de 2018. Em 2016, comecei a escrever para o site Lado M e acompanhava a da revista AzMina. Além dessa proximidade, eles foram escolhidos como objetos de análise por já estarem inseridos no ambiente digital e por utilizarem as redes sociais para divulgação.

Já na revista AzMina, as pautas são decididas semanalmente ou conforme a demanda, numa discussão em que todas as colaboradoras fixas ou freelancers podem opinar. “*Todo mundo dentro da revista opina sobre as pautas, sobre andamento, as fontes, abordagem*”, explicou Carolina Oms, em entrevista concedida em 2021. Vê-se que a AzMina tem um ritmo de produção diferente do Lado M, propondo reportagens semanais, com prazo definido. Carolina pontua que a produção também é perpassada pelo financiamento. “*A gente vai tentando encaixar os assuntos conforme consegue financiamento para certos projetos e a agenda do país evolui*”.

Essa é outra preocupação que não existia no Lado M, uma vez que o site não tinha financiamento ou patrocínio de nenhuma instituição ou empresa. A única exigência de prazo era em relação às resenhas dos livros da Companhia das Letras, que deveriam ser entregues para que a colaboradora pudesse requisitar outra obra. As reportagens publicadas em AzMina costumam ser mais longas, com várias entrevistas e recursos como fotos, vídeos e infográficos. Isso pode contribuir para a leitura, gerando quebras no texto corrido e dando ao leitor informações complementares às que estão escritas.

O Lado M tinha conteúdos bem diversos com “*Reportagens, crônicas, artigos mais pessoais, relatos, resenhas, críticas de cinema. Acaba sendo algo bem, bem vasto mesmo*” (Miranda, 2021). Como dito anteriormente, mesmo com gêneros textuais tão diversos, a editora incentivava que dados fossem trazidos para os textos, mesmo que fossem artigos de opinião ou relatos pessoais.

Já Carolina Oms, de AzMina, gostaria de tratar de temas mais leves, de comportamento, trazendo histórias mais positivas e inspiradoras. “*Tem sido difícil com uma equipe pequena, sempre tem muitos assuntos que a gente acha que gostaria de falar. A gente nunca consegue encerrar o universo feminino em um site que publica reportagens semanais*”. Como citado anteriormente, AzMina segue pautas mais quentes, ligadas a acontecimentos recentes, relacionadas principalmente à agenda política do país, que acabam entrando no lugar dessas pautas mais leves. Em agosto de 2018, por exemplo, aconteceu uma votação pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação no Supremo Tribunal Federal (STF). O assunto, e não somente a votação, pautou muito o site: aborto foi tema principal de oito textos no período analisado.

No Lado M, apenas um texto trata do tema, mas não cita a votação. “*Aborto: devemos legalizá-lo ou não?*”, de Clara Dantas (2018), traz a opinião da autora sobre o assunto. Sobre isso, Clara, em entrevista realizada em 2022, afirma que “*esse é um texto focado nas minhas percepções pessoais; percepções estas que, se eu for visitá-lo novamente, verei que estão ultrapassadas, que não condizem mais com minhas ideias*”.

Assim como o jornalismo é predominantemente masculino, seja em sua linguagem, seja em sua forma de representação (Silva, 2010), a política também é comumente representada pela mídia tradicional como “homens, brancos, com instrução superior, ocupantes de cargos públicos eletivos ou de confiança” (Miguel; Biroli, 2011, p. 13). A mídia confirma, assim, as hierarquias e limites da política, reproduzindo e naturalizando compreensões restritas da democracia. A política surge como um espaço social diferenciado, inacessível aos “comuns” que são seus espectadores e que, a intervalos periódicos, são eleitores (Miguel; Biroli, 2011, p. 13).

Mais uma vez, a imprensa feminista aparece como espaço no qual mulheres podem tratar de pautas que não se enquadram nessa política tradicional retratada nos grandes veículos de comunicação. Caberia, por exemplo, pesquisar – comparativamente – como a votação no STF sobre a liberação do aborto foi tratada por grandes veículos de imprensa.

3.1 #EleNão: As Pautas Políticas de 2018 em AzMina e Lado M

Os textos com temática política apareceram em quantidade representativa nos dois veículos em 2018. Foram 13 na editoria Política de AzMina e cinco textos com as tags “Eleições” e/ou “Política” no site Lado M, divididos nas seções Cotidiano e Feminismo. A última seria equivalente à Política de AzMina, o que reflete a relação direta entre o movimento social e a ação na esfera política pública.

Apesar de a maioria dos textos tratarem de assuntos relacionados ao Estado, à democracia e ao poder representativo, algumas publicações fogem disso, já que nesses veículos a forma de consumo, o modo de vida, as escolhas sobre o próprio corpo são pautas políticas, pois envolvem uma “relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública” (Piscitelli, 2009, p. 136).

O texto “Crespas fazem seus próprios cosméticos naturais para driblar desinteresse do mercado”, de Thais Folego (2018b), está inserido na editoria Beleza Pura de AzMina, mas acompanha a tag Política. Essa concepção parte do pressuposto de que o pessoal é político, uma forma de mapear o patriarcado¹⁹, “uma ideia global e unitária de poder” na qual as instituições são desenvolvidas em um “contexto de dominação masculina” (Piscitelli, 2009, p. 136).

Ao mesmo tempo, esbarro na limitação das editorias em tentar encaixar os assuntos em uma categoria só. Por exemplo, uma reportagem sobre aborto cabe tanto em Política quanto em Saúde, assim como aquelas relacionadas à sexualidade. O texto “Mulher, solo e pobre: Por que a maioria das mães solo brasileiras vive abaixo da linha da pobreza?”, de Victória Damasceno (2018), foi publicado na editoria Dinheiro de AzMina, mas poderia estar em Política, assim como os textos “Aborto: devemos legalizá-lo ou não?”, de Clara Dantas (2018), e “A rotina do assédio”, de Tatiana Luz (2018), que poderiam estar na seção Feminismos do Lado M, mas foram publicados sem editoria.

Volto então às pautas que tratam das eleições presidenciais, foco deste artigo. A grande parte dos textos trazem temas relacionados, porém com um olhar próximo das pautas feministas, como: a presença de mulheres negras e indígenas nos espaços de poder; como seria um governo do então candidato Jair Bolsonaro para mulheres e outras minorias; motivos para não votar neste mesmo candidato; e mulheres ocupando espaços na política pública.

No Lado M, por exemplo, a colaboradora Nathalia Marques (2018a) publicou dois textos neste período: “#Elassim: encontre uma candidata e vote em mulheres” e “#EleNão: 5 vezes que ele foi declaradamente machista (com provas)” (Marques, 2018b). Chama a atenção o uso das hashtags nos títulos, uma integração das campanhas que aconteciam nas redes e nas ruas com a produção jornalística.

¹⁹ A autora Adriana Piscitelli (2009) afirma que o conceito de patriarcado trouxe problemas em relação às particularidades das mulheres de diferentes lugares e também em relação à metodologia, por ser um pensamento universalizante sobre as formas de poder que incidem sobre diferentes mulheres em diferentes tempos históricos e espaços. O conceito surgiu como uma forma de explicar as origens e as causas da subordinação feminina, mostrando que, se há um início, há um fim, e é possível combatê-la.

Outros dois textos tratam da polarização política do período e das implicações disso para o cotidiano das mulheres. Em “Polarização política mostra lado machista da violência: a agressão à mulher”, Carolina Pulice (2018) liga o fenômeno de polarização dos últimos anos no Brasil com a agressão às mulheres. Já Cris Santana (2018) faz um relato sobre sua experiência em se posicionar politicamente em “Eleições 2018: um relato sobre ódios e empaticas”. Ela começa dizendo que,

Eu, como mulher e lésbica, me senti na obrigação de tomar posição neste pleito eleitoral. Primeiro porque acredito que a omissão favorece o opressor, e também porque como pessoa que nasceu na democracia que me garantiu alguma (não toda, mas alguma) liberdade para ser mulher e lésbica, achei que por bem deveria lutar por ela.

Cris termina seu texto com as hashtags #EleNão e #FascismoNão, mais uma vez mostrando essa inserção das campanhas na produção das colaboradoras, seja no título, seja no corpo do texto. Neste último, também é possível perceber a inserção da própria autora na narrativa, usando a primeira pessoa do singular e se localizando como mulher e lésbica.

Como abordado anteriormente sobre a objetividade jornalística, é incomum ter tal abordagem na mídia tradicional. Ainda mais incomum é ter um veículo que peça, de forma clara, que as pessoas não elejam determinado candidato. Apesar de fazer com que a imprensa aparecesse ao público como imparcial, “capaz de falar sem se situar em uma posição social específica e, portanto, sem coincidir com interesses conflitivos” (Miguel; Biroli, 2011, p. 20), isso vem mudando nos últimos anos, com a crescente desconfiança do público para com a grande mídia, principalmente com grandes grupos como a Rede Globo.

Em AzMina, pela forma como as reportagens são feitas, foram mais textos publicados na editoria Política, como já citado. Já em julho de 2018 AzMina publicava o texto “Mulheres na política: 30% da grana do Fundo Eleitoral é suficiente?”, de Samanta Dias (2018). Por todo o semestre foram produzidos textos que tratavam da urgência em pensar sobre o que poderia acontecer nas eleições de outubro. Maria Martha Bruno (2018a) escreveu, em agosto, “Como o feminismo e as mulheres podem influenciar as eleições de 2018” e “Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres?” (Bruno, 2018b), em setembro. Neste último, a autora traz o plano de governo do então candidato, e os pontos relacionados às mulheres – ou a falta deles –, além de conversar com apoiadoras de Bolsonaro. Ao contrário do Lado M, a reportagem de AzMina tenta mostrar os “dois lados” da história – apoiadores e contrários ao candidato – seguindo o modelo jornalístico mais tradicional. O posicionamento do veículo é claro, porém não tão explícito, com mais fontes e dados.

Depois da eleição de Jair Bolsonaro para presidente, AzMina fez um movimento parecido com o Lado M, falando sobre os planos da oposição. A maior diferença entre os sites é a divisão editorial. AzMina deixa as reportagens – textos mais aprofundados, com várias fontes e dados – separados dos textos de Opinião, que são a maioria entre as publicações, ao contrário do Lado M, que não separa os textos em editorias mais tradicionais, como as que encontramos nos grandes jornais, por exemplo.

Nas colunas Divã d’AzMina, Meu nome não é Mãe, Tradição e feminismo e Rede Feminista de Juristas também foram publicados textos sobre o período eleitoral. Entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais, Rebecca Souza (2018)

publicou o texto “Eleições: mesmo no medo houve vitórias”, em 17 de outubro, no qual ressalta as vitórias dos indígenas e populações tradicionais. “Sônia [Guajajara] foi minha companheira de Xingu Vivo, quando lutávamos contra uma hidrelétrica que até hoje mata e expulsa nossos parentes de suas terras históricas”, escreve.

Fazendo ou não essa distinção entre o que é reportagem e o que é opinião, é perceptível que a produção dos dois sites se dá de forma diferente da grande mídia. Há uma preocupação com o perfil das fontes, as pautas são construídas e discutidas coletivamente, levando em conta as experiências e identidades que atravessam cada colaboradora, e também pensando enquanto mulheres feministas.

3.2 #EleNão: A Produção em um Cenário de Possível Reeleição

Em 2022, o cenário era mais polarizado e crítico do que em 2018, como mencionado anteriormente. Foram 22 textos publicados em AzMina na editoria Política, sendo a maior parte das reportagens (18) sobre as eleições presidenciais, as candidatas mulheres, cotas partidárias e questões relacionadas a gênero. Assim como em 2018, a editoria de Política também trouxe textos de assuntos diversos, como religião, direitos reprodutivos e cultura. Além das reportagens, quatro textos publicados na seção Opinião tratavam de assuntos relacionados à eleição ou representatividade nos cargos políticos.

Já no Lado M, o cenário de 2018 não se repetiu. No segundo semestre de 2022, foram publicados apenas dois textos em todo o site e nenhum deles tratava sobre política – seja em sua forma mais ampla, como tratamos acima, ou sobre as eleições propriamente ditas. Um texto trata sobre a participação das mulheres no mercado de games no Brasil (Moura, 2022) e o outro sobre o samba em Portugal (Ramos, 2022). Segundo a editora Mariana Miranda, o site praticamente não existe mais, sendo que o último texto foi publicado em 16 de janeiro de 2023. Ela afirmou, em entrevista realizada em 2023, que o projeto acabou porque *“não existia uma forma clara de monetização e sinto que, por isso, não conseguimos investir em novos formatos com a constância necessária para mantê-lo relevante”*.

Assim, atenho-me, a partir daqui, à produção de AzMina. Quatro textos tratam de temas relacionados à saúde reprodutiva, cultura negra e povos originários: “Aborto: 9 mitos que podem ficar no passado”, de 28 de setembro (Sousa, 2022a); “A história da laqueadura no Brasil”, de 6 de outubro (Cariatti, 2022); “Mulheres originárias não costumam reivindicar um ‘feminismo indígena’”, de 20 de outubro (Anahata, 2022); e ““A cultura é onde o povo preto se refaz’, diz Laura Santos, mestra de Jongo”, de 18 de novembro (Suarez, 2022). São temáticas recorrentes no site durante o ano todo, reforçando o aspecto já tratado no item anterior de que o aspecto pessoal da vida das mulheres é também político.

Partindo para os textos publicados sobre as eleições, como em 2018, a equipe do site publicou em 30 de setembro um editorial na seção Opinião para posicionar o veículo em relação à escolha para presidente já no primeiro turno. Com o título “Só existe um futuro para o Brasil, e ele passa pela eleição de Lula neste domingo” (Só existe [...], 2022), o editorial passa pelos quatro anos do governo Bolsonaro e pontua a importância do posicionamento do veículo em um momento tão crucial da história do Brasil:

Para nós, esta não é uma escolha muito difícil, como sugeriu o histórico e lamentável editorial de O Estado de S. Paulo, em 2018, quando da disputa entre Fernando Haddad e Bolsonaro. Para nós, a escolha entre os principais presidenciáveis – Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva – é uma obviedade. Longe de ser perfeito, o candidato do PT representa a única possibilidade de discutirmos uma agenda para o amanhã – e é isso que nos interessa, enquanto veículos jornalísticos e cidadãos: parte da nossa cobertura se concentrará em explicitar uma agenda civilizatória urgente para evitarmos o colapso do planeta, algo que ainda parece distante dos planos e das possibilidades de Lula (Só existe [...], 2022).

Ao mesmo tempo que têm um posicionamento claro, dois outros textos se destacam por trazer abordagens diferentes daquelas esperadas por esse mesmo posicionamento. Em “Macumbeira e Micheque: nas redes sociais, violência da corrida presidencial sobra também para Janja e Michelle”, Lu Belin (2022b) traz dados do MonitorA, observatório de violência política online desenvolvido pela Revista AzMina, InternetLab e o Núcleo Jornalismo, sobre os ataques sofridos pelas esposas dos dois candidatos que foram para o segundo turno. Tanto Rosângela Janja da Silva quanto Michelle Bolsonaro participaram ativamente das campanhas e, ao colocar ambas lado a lado em igualdade – apesar de os posicionamentos políticos completamente diferentes –, a reportagem mostra como é importante lutar por todas as mulheres, até por aquelas que são contra o feminismo, uma vez que, para atingir os homens candidatos, usa-se o elo visto como mais fraco: suas esposas.

Já a reportagem “Feministas evangélicas se organizam para combater o fundamentalismo religioso”, de Natália Sousa (2022b), mostra como é importante pensar nos espaços religiosos como políticos também, já que a esquerda considerou, por muito tempo, as igrejas como uma realidade apartada da sociedade.

Diferentemente do que por muito tempo se acreditou, os temas políticos ganham os púlpitos e pautam o comportamento das diferentes comunidades de fé. ‘A igreja não é uma bolha’. Não à toa, Simony ressalta que a Rede de Mulheres Negras e Evangélicas nasce em 2018, mesmo ano em que Bolsonaro se elegeu (Sousa, 2022b)

Outro aspecto recorrente na produção deste período é a temática da violência política. Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, os grupos vistos como minoritários – indígenas, negros, mulheres, comunidade LGBTQIAP+ – sofreram ainda mais com a repressão sobre seus corpos e direitos. Foram publicados 11 textos que trazem desde relatos de pessoas que sofrem violência política no dia a dia (Pessoa, 2022) até candidatas como Mara Gabrilli, que era vice da chapa de Simone Tebet, que concorria à Presidência (Damasceno, 2022).

Depois do segundo turno das eleições, AzMina publicou dois textos: “Lula é presidente! E agora, mulheres?”, no dia 02 de novembro (Araújo, 2022); e “Nem toda primeira-dama exerce o primeiro-damismo”: historiadora analisa função das esposas de presidentes”, de 03 de novembro (Belin, 2022a). É possível perceber que as reportagens são robustas, trazendo vários estudos, fontes e dados, sendo uma espécie de força-tarefa para fazer uma análise do cenário político às vésperas da eleição presidencial. Esse material se mostra, inclusive, uma ótima fonte para reflexões acerca de questões

relacionadas a gênero e política, algumas abordadas neste artigo. Também é possível analisar como as diferenças entre os dois veículos se acentuaram com o passar do tempo e como o início dos projetos, as escolhas e os modelos escolhidos moldaram a forma como eles se encontravam durante o segundo semestre de 2022.

Em entrevista realizada em 2021, Carolina Oms disse que AzMina buscava a paridade entre mulheres brancas e não brancas, principalmente pensando nos cargos mais altos, de editoria e chefia. Em setembro de 2023, ela é diretora institucional de captação do site, e é possível perceber que houve um avanço em relação a esse ponto da representatividade.

4 Considerações Finais

Quando Carolina, Mariana e as outras muitas mulheres se juntaram para criar a revista AzMina, o portal Lado M e os veículos de imprensa citados no início deste artigo, elas utilizaram ferramentas e conhecimentos de que dispunham naquele momento histórico e contexto social. Analisar suas produções, além de ser uma oportunidade para reflexões acerca de gênero, política e comunicação, também nos convida a imaginar caminhos para o jornalismo além dos modelos capitalistas tradicionais de negócio (Moraes, 2022, p. 23). Apesar de suas diferenças – que acabaram se acentuando com o passar do tempo –, os dois veículos se apresentam como alternativas à imprensa tradicional, em um movimento de resistência.

Mais do que isso, são espaços de divulgação dos feminismos, pautando assuntos que nem sempre são cobertos pela mídia tradicional ou, quando são, têm outro enfoque. Como analisado, a maioria dos textos da editoria política tratam de assuntos relacionados ao Estado, à democracia e ao poder representativo com um olhar mais próximo às pautas feministas. Assim, enquanto espaços políticos, tais sites são importantes para que as mulheres possam tratar de pautas que não se enquadram na política tradicional retratada nos grandes veículos de comunicação.

São, ainda, claros em relação ao posicionamento editorial, preocupados com o perfil das fontes e pautas construídas e discutidas coletivamente, levando em conta os atravessamentos de cada colaboradora. Além disso, trazem experiências que podem servir de modelo para que mulheres criem seus próprios projetos, refletindo sobre outras formas de financiamento e de produção, pensando em um jornalismo situado e político (Haraway, 2009). Analisar esses veículos permite refletir não só sobre o jornalismo, mas também sobre políticas públicas para mulheres e articulações que tragam, de fato, mudanças para todas – e todos, e todes – nós.

Referências

ABDIN, Latifa. Bots and fake news: the role of WhatsApp in the 2018 Brazilian presidential election. In: GRADUATE CONFERENCE & ART EXHIBITION, 2019, [s. l]. *Anais* [...]. [S. l.]: ISCS, 2019. v. 41, n. 1, p. 1-15. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Bots-and-Fake-News%3A-The-Role-of-WhatsApp-in-the-Abdin/f746a1f3a2d0fea4a098e1ec9bf3add4f6c64bf5>. Acesso em: 25 out. 2021.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALBUQUERQUE, Afonso. As três faces do quarto poder. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 18., 2009, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas

Gerais, 2009. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2009/trabalhos/as-tres-faces-do-quarto-poder?lang=pt-br>. Acesso em: 25 out. 2021.

ANAHATA, Jamille. Mulheres originárias não costumam reivindicar um “feminismo indígena”. *AzMina*, São Paulo, 20 out. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/columnas/mulheres-originarias-nao-costumam-reivindicar-um-feminismo-indigena/>. Acesso em: 14 set. 2023.

ARAÚJO, Ana Carolina. Lula é presidente! E agora, mulheres?. *AzMina*, São Paulo, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/lula-e-presidente-e-agora-mulheres/>. Acesso em: 14 set. 2023.

AZMINA. [Página inicial]. São Paulo, [2021]. Disponível em: <https://institutoazmina.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 14 set. 2023.

BELIN, Lu. “Nem toda primeira-dama exerce o primeiro-damismo”: historiadora analisa a função das esposas de presidentes. *AzMina*, São Paulo, 3 nov. 2022a. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/nem-toda-primeira-dama-exerce-o-primeiro-damismo-historiadora-analisa-a-funcao-das-esposas-de-presidentes-eleitos-no-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2023.

BELIN, Lu. Macumbeira e micheque: nas redes sociais, violência da corrida presidencial sobra também para Janja e Michelle. *AzMina*, São Paulo, 27 out. 2022b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/monitora-primeira-dama-ataques-janja-michelle/>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Jair Bolsonaro: biografia*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2021]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PL 5069/2013*. Acrescenta o art. 127-A ao decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRUNO, Maria Martha. Como o feminismo e as mulheres podem influenciar as eleições em 2018. *AzMina*, São Paulo, 27 ago. 2018a. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/em-quem-votar-nas-eleicoes-2018-voto-feminino-sera-decisivo/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRUNO, Maria Martha. Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres?. *AzMina*, São Paulo, 19 set. 2018b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/eleicao-de-bolsonaro-para-as-mulheres/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

CARETTIN, Carolina Busolin. *Imprensa feminista na internet: um estudo dos sites lado M e AzMina*. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/5297>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CARIATTI, Nathália. A história da laqueadura no Brasil. *AzMina*, São Paulo, 6 out. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/a-historia-da-laqueadura-no-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2023.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CATARINAS. *Menu*. Florianópolis, [2021]. Disponível em: <https://catarinashow.info/>. Acesso em: 11 maio 2021.

CERQUEIRA, Carolina; MOLITERNO, Danilo. Disputa entre Lula e Bolsonaro é a eleição para presidente mais acirrada da história. *CNN Brasil*, São Paulo, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/disputa-entre-lula-e-bolsonaro-e-a-eleicao-para-presidente-mais-acirrada-da-historia/#:~:text=acirrada%20da%20hist%C3%B3ria-Disputa%20entre%20Lula%20e%20Bolsonaro%20%C3%A9%20a,presidente%20mais%20acirrada%20da%20hist%C3%B3ria&text=A%20diferen%C3%A7a%20de%20votos%20entre,foi%20a%20menor%20da%20hist%C3%B3ria>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CIENTISTA que virou mãe. *Home*. Florianópolis, [2021]. Disponível em: <https://cientistaqueviroumae.com.br/>. Acesso em: 11 maio 2021.

COLETIVO de Jornalistas Feministas Nísia Floresta. [Página inicial]. [S. l.], [2021]. Disponível em: <https://coletivonisiafloresta.wordpress.com/>. Acesso em: 11 maio 2021.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/1229039>

DAMASCENO, Edilana. "Basta ser mulher para sofrer violência política", avalia candidata à vice-presidência, Mara Gabrilli. *AzMina*, São Paulo, 24 out. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/basta-ser-mulher-para-sofrer-violencia-politica-avalia-candidata-a-vice-presidencia-mara-gabrilli/>. Acesso em: 14 set. 2023.

DAMASCENO, Victória. Mulher, solo e pobre: por que a maioria das mães solo brasileiras vive abaixo da linha da pobreza?. *AzMina*, São Paulo, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/por-que-a-maioria-das-maes-solo-brasileiras-vive-abixo-da-pobreza/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

DANTAS, Clara. Aborto: devemos legalizá-lo ou não?. *Lado M*, [s. l.], 28 jun. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/aborto-devemos-legaliz%C3%A1-lo-ou-n%C3%A3o-e30b1b52b1e8>. Acesso em: 18 mar. 2022.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. *Geledés*, São Paulo, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

DIAS, Samanta. Mulheres na política: 30% da grana do fundo eleitoral é suficiente?. *AzMina*, São Paulo, 3 jul. 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-na-politica-2/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminisms on the web: lines and forms of action in contemporary feminist debate. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p. 199-228, jan./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>

FOLEGO, Thais. Crespas fazem seus próprios cosméticos naturais para driblar desinteresse do mercado. *AzMina*, São Paulo, 16 out. 2018b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/crespas-fazem-seus-proprios-cosmeticos-naturais/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GAGO, Verônica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GÊNERO e Número. *Home*. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://www.generonumero.media/>. Acesso em: 11 maio 2021.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a marcha das vadãs no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 433-447, ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922014000200007>

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. *Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jun. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

GUSTAFSON, Jessica. *Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gêneros no jornalismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 15 dez. 2021.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”??. *The Centennial Review*, East Lansing, v. 36, n. 3, p. 437-470, set. 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23739232>. Acesso em: 15 dez. 2021.

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula Melani. O jornalismo independente e o empoderamento do discurso de gênero nas mídias digitais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: WWC, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497722193_ARQUIVO_KIKUTI-ROCHAfazendoGenero.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

LADO M. *Página inicial*. [S. l.], [2021]. Disponível em: <https://medium.com/lado-m>. Acesso em: 11 maio 2021.

LAGO, Claudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está?. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (org.). *Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo*. São Paulo: Life, 2018. p. 124-140.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 238-249.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 235-236.

LUZ, Tatiana. A rotina do assédio. *Lado M*, [s. l.], 23 jul. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/a-rotina-do-ass%C3%A9dio-4d1cf8d6eec>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MARQUES, Nathalia. #Elassim: encontre uma candidata e vote em mulheres. *Lado M*, [s. l.], 4 out. 2018a. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/precisamos-de-uma-bancada-combativa-no-congresso-voteemmulheres-475f78e5d6d7>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MARQUES, Nathalia. #EleNão: 5 vezes que ele foi declaradamente machista (com provas). *Lado M*, [s. l.], 12 set. 2018b. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/5-vezes-que-bolsonaro-foi-declaradamente-machista-com-provas-d7796a60ab64>. Acesso em: 8 jul. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MOURA, Emily. Elas sempre estiveram aqui: a indústria de games e o apagamento da mulher. *Lado M*, [s. l.], 18 jul. 2022. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/elas-sempre-estiveram-aqui-a-ind%C3%BAstria-de-games-e-o-apagamento-da-mulher-eec006dd3aca>. Acesso em: 5 set. 2023.

NÓS. *[Página inicial]*. [S. l.], [2021]. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>. Acesso em: 11 maio 2021.

O MAPA do jornalismo independente. *Agência Pública*, São Paulo, [2021]. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 11 maio 2021.

PESSOA, Fernanda. Mulheres negras e indígenas resistem à violência política no estado mais branco do Brasil. *AzMina*, São Paulo, 26 set. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-e-indigenas-resistem-a-violencia-politica-no-estado-mais-branco-do-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2023.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>

PULICE, Carolina. Polarização política mostra lado machista da violência: a agressão à mulher. *Lado M*, [s. l.], 10 out. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/polariza%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-mostra-lado-machista-da-viol%C3%A3o-a-agress%C3%A3o-%C3%A3o-%C3%A0-mulher-4691b8f95fa6>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RAMOS, Tainah. As mulheres do samba que bradam a independência do Brasil em Lisboa. *Lado M*, [s. l.], 8 set. 2022. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/as-mulheres-do-samba-que-bradam-a-independ%C3%A3o-ancia-do-brasil-em-lisboa-ba2332fedf5>. Acesso em: 5 set. 2023.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Júlia Dias; GRAGNANI, Juliana. #Elenão: a manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. *BBC News*, São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SANTANA, Cris F. Eleições 2018: um relato sobre ódios e empaticas. *Lado M*, [s. l.], 9 out. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/elei%C3%A7%C3%B5es-2018-um-relato-sobre-%C3%B3dios-e-empaticas-882377b0e7ff>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SANTOS, Heloisa Souza dos. *Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista: análise do Think Olga e revista AzMina*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190669/santos_hs_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 15 dez. 2021.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila; MIGUEL, Katarini Giroldo. Perspectivas digitais na produção de conteúdo jornalístico feminista: plataformas e estratégias da revista AzMina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. *Anais [...]*. Belém: INTERCOM, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0392-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SCHANDER, Gabriela. *Por uma perspectiva de gênero no jornalismo: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da revista AzMina*. 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229100/PJOR0165-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SCHANDER, Gabriela; BERTASSO, Daiane. Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento. *Pauta Geral*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 32-52, dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/revistapautageral.v.6.i2.0003>

SILVA, Bibiana Garcez da. *O jornalismo alternativo atento às mulheres: uma análise dos portais brasileiros revista AzMina e gênero e número*. 2020. Dissertação (Mestrado em Jornalismo e Comunicação) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/93648/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Bibiana%20Garcez_Reposit%C3%B3rio.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. *Feminismo e movimento de mulheres*. Recife: Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVA, Márcia Veiga da. *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 30 set. 2021.

SÓ EXISTE um futuro para o Brasil, e ele passa pela eleição de Lula neste domingo. *AzMina*, São Paulo, 30 set. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/so-existe-um-futuro-para-o-brasil-e-ele-passa-pela-eleicao-de-lula-neste-domingo/>. Acesso em: 14 set. 2023.

SOUZA, Natália. Aborto: 9 mitos que podem ficar no passado. *AzMina*, São Paulo, 28 set. 2022a. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/aborto-9-mitos-que-podem-ficar-no-passado/>. Acesso em: 14 set. 2023.

SOUZA, Natália. Feministas evangélicas se organizam para combater o fundamentalismo religioso. *AzMina*, São Paulo, 22 ago. 2022b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/feministas-evangelicas-se-organizam/>. Acesso em: 14 set. 2023.

SOUZA, Rebecca. Eleições: mesmo no medo houve vitórias. *AzMina*, São Paulo, 17 out. 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/eleicoes-mesmo-no-medo-houve-vitorias/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SUAREZ, Joana. “A cultura é onde o povo preto se refaz”, diz Laura Santos, mestra de Jongo. *AzMina*, São Paulo, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/a-cultura-e-onde-o-povo-preto-se-refaz/>. Acesso em: 14 set. 2023.

THINK Olga. [Home]. São Paulo, [2021]. Disponível em: <https://thinkolga.com/quem-somos/>. Acesso em: 11 maio 2021.

UMA ESCOLHA muito difícil. *Estadão*, São Paulo, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/uma-escolha-muito-dificil/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

VISCARDI, Janaísa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/01031813715891620200520>

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização?: apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 11, n. 22, p. 271-292, fev. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292>.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. *Mulheres na Filosofia*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

*Minicurrículo da Autora:

Carolina Busolin Carettin. Mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2022). Jornalista e pesquisadora junto ao Laboratório de Estudos Socioantropológicos sobre Tecnologias da Vida da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: carol.carettin@hotmail.com.

Editoras de Seção: Daniela Tonelli Manica, [Orcid](#); Martha Celia Ramirez Gálvez, [Orcid](#).